

Presidente da Funai defende divisão do território ianomami

ELVIS CESAR BONASSA

Coordenador de Cidades da Sucursal de Brasília

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, 63, defende a divisão do território ianomami em núcleos isolados. Ele afirma que, dessa forma, a vigilância contra invasões de garimpeiros ficaria mais fácil. A reserva ianomami, de 8,5 milhões de hectares contínuos em Roraima, está interdita por decisão judicial de outubro do ano passado. Além de interditar a área, a Justiça ordenou a retirada de todos os invasores.

Os 8,5 milhões de hectares foram definidos como território tradicional ianomami por uma portaria da própria Funai. Foi nessa portaria que se baseou o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal para determinar a interdição da área. O governo José Sarney tentou, através de decreto, reduzir a área para 2,4 milhões de hectares, divididos em 19 "ilhas" isoladas. A questão ainda está "sub judice".

Guimarães se declarou favorável à exploração das riquezas naturais dos territórios indígenas. Segundo ele, o interesse nacional e o interesse dos índios devem ser colocados "acima de tudo".

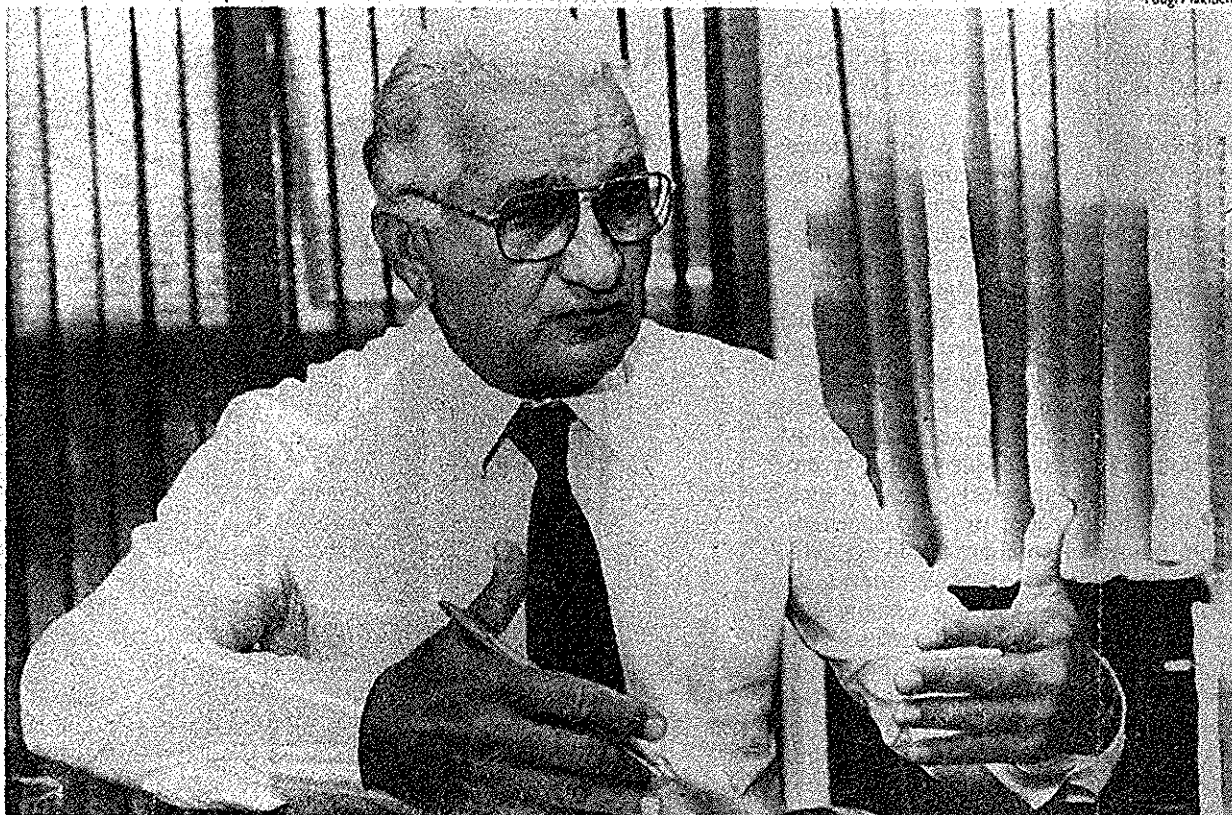
O presidente da Funai foi nomeado há duas semanas por Collor. Seu principal objetivo é reequipar os postos da Funai localizados nas proximidades das aldeias indígenas. Para Guimarães, foi a ausência da Funai que permitiu a invasão dos territórios indígenas. A Funai dispõe de 342 postos indígenas. Muitos estão com apenas um funcionário, segundo Guimarães. Outros não chegaram a sair do papel.

Guimarães afirmou que apenas 3 mil garimpeiros, no máximo, se encontram ainda no território ianomami. No ano passado, havia estimativas da presença de 40 mil garimpeiros na região. Segundo o presidente da Funai, as 200 pistas de pouso utilizadas por garimpeiros não serão totalmente destruídas. Existem pistas que interessam ao órgão e, por isso, serão preservadas.

★

Folha - A Funai é favorável à demarcação do território contínuo dos ianomami ou considera que a criação de "ilhas" isoladas é uma solução adequada?

Cantídio Guerreiro Guimarães - As áreas isoladas são melhores, inclusive porque facilitam a vigilância. Se você tem uma casa muito grande, com 20 suítes, não



Yuugi Makuchi

Cantídio Guerreiro Guimarães, presidente da Funai há duas semanas, durante entrevista

terá condições de saber o que se passa em sua própria casa. Além disso, é possível manter a cultura ianomami nessas áreas. Elas parecem pequenas apenas no papel. O caboclo da Amazônia, por exemplo, vive como índio, perambula como índio, e às vezes nem possui terras. Mas vive bem. Isso é uma opinião pessoal. A divisão da área ianomami em núcleos menores está correta.

Folha - Para preservar os índios será preciso impedir a exploração dos recursos naturais das reservas indígenas?

Guimarães - Não. Não tem nada a ver uma coisa com outra. Pode haver projetos sérios de aproveitamento das riquezas das áreas indígenas sem interferir com a cultura, com o meio ambiente. Desde que seja bem-feito, criterioso e honesto. Todo projeto desse tipo, no entanto, vai precisar da aprovação dos próprios índios e do Congresso, antes de ser aprovado pelo governo. Agora, você não pode impedir, como nós temos na prática, que uma estrada, que vai beneficiar milhões de brasileiros, passe por dentro de uma área indígena só porque é uma área demarcada. É um assunto delicado, que deve ser estudado caso a caso. Devemos ver acima de tudo o interesse nacional e o interesse dos índios. O índio é um cidadão como qualquer um de nós, tem vontade própria. Se ele quiser que em sua área seja construída uma pequena hidrelétrica, que não vai perturbar seu ecossistema, tudo bem. Mas se não quiser, está acabado.

Folha - O sr. pretende questionar a presença militar em territórios indígenas? O projeto Calha Norte traz algum problema para os índios?

Guimarães - Não, ao contrário. A presença militar na área já faz parte da nossa história. As Forças Armadas, principalmente o Exército e a Aeronáutica, sempre estiveram junto com os índios nas áreas, dando apoio, sem ser função específica deles.

Folha - Quantos garimpeiros existem hoje em áreas ianomami?

Guimarães - De 1,5 mil a 2 mil garimpeiros. No ano passado, havia estimativas de até 40 mil invasores. Eu acredito que até dezembro vamos tirar todos os invasores da região.

Folha - Vai haver nova operação de explosão de pistas de pouso dos garimpeiros?

Guimarães - A destruição das pistas é um método eficiente, porque elas são a base de atuação dos garimpeiros. Isso não significa necessariamente explodi-las. Há outros meios, mecânicos, para fazer isso. Mas ainda é um problema que estamos estudando. São aproximadamente 200 pistas. Muitas delas interessam à Funai.

Folha - Como evitar que os invasores expulsos retornem às áreas indígenas no próximo ano?

Guimarães - Através da presença da Funai e de um serviço constante de vigilância, com

apoio da Polícia Federal e da Força Aérea. A ausência da Funai é que tem permitido as invasões. Hoje a Funai é uma pirâmide invertida. Os funcionários estão concentrados em Brasília. É preciso interiorizar a Funai, equipando os 342 postos indígenas nas aldeias. Cada um desses postos necessita de seis a oito pessoas. Muitos estão com só um funcionário ou nunca saíram do papel. Nós queremos inverter essa situação. Os índios aceitam a presença dos garimpeiros porque não têm recursos suficientes da Funai para sua subsistência. Então, os garimpeiros levam comida e remédios, e fazem uma troca interessada. Queremos equipar os postos para ocupar o espaço que é da Funai. Os índios caiapó, no sul do Pará, por exemplo, abrigaram sua reserva por causa da ausência da Funai. Se entregaram nas mãos de garimpeiros e madeireiros. Ganham muito dinheiro. A comunidade indígena tem quatro aviões, melhores dos que os da Funai. As aldeias são de alvenaria. Eles têm antena parabólica e os caciques têm carro do ano.

Folha - Haverá recursos para realizar estas modificações na Funai?

Guimarães - O governo está empenhado em solucionar a questão indígena. Já abriu crédito para a Funai realizar o atendimento emergencial de saúde aos ianomami. O Ministério da Justiça, ao me convidar, aprovou meu plano de reformulação da Funai. Tenho certeza de que não faltarão recursos.